

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DIGITALIZADO

EM: 04/12/00

Regina Roberto Otton
FUNCIONÁRIO

DATA 02/02/90

PROJETO DE LEI Nº 010/90

Desafeta do domínio público municipal
ASSUNTO O bem imóvel que indica e da outras
providências.

VEREADOR

Prefeito Municipal - Mensagem 0006

LEI Nº

6621 DE 02/05/90

DIOM Nº

9365 DE 08/05/90

ARQUIVO

24-05-90



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

LEI Nº 6621

DE

02

DE

maio

DE 1990

Desafeta do domínio público municipal o bem imóvel que indica e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica desafetado do domínio público municipal, como área institucional, passando a integrar o patrimônio disponível do Município de Fortaleza, o terreno situado no loteamento denominado Granja Santa Cecília, constituído de parte da quadra nº 84, da planta respectiva com a área total de 2.442,00m², medindo e se confrontando: ao norte, por onde mede 37,00m, com a rua Gerardo Barbosa; ao sul, fundos, por onde mede 37,00m com rua Cel. João Correia; ao nascente, lado direito, por onde mede 66,00m, com terreno da igreja Santa Cecília e ao poente, lado esquerdo, por onde mede 66,00m, com o terreno de uma Creche Comunitária.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar a concessão de uso do terreno descrito no artigo anterior à Arquidiocese de Fortaleza, para nele construir um Centro Comunitário e outros equipamentos de assistência social aos moradores do Conjunto Santo Amaro e das suas adjacências, no bairro do Bom Jardim.

Art. 3º - O prazo da concessão de que trata o Art. 2º desta Lei, será de 20 (vinte) anos, prorrogável por sucessivos e iguais períodos, desde que atendida a finalidade institucional do empreendimento referido.

Art. 4º - A concessão de uso de que trata esta lei, torna-se-á nula, independentemente de ato especial e sem direito de haver a instituição concessionária qualquer indenização, inclusive por benfeitorias e edificações realizadas, revertendo os bens ao patrimônio do Município, se aos mesmos, no todo ou em parte, vier a ser dada finalidade diversa da prevista nesta Lei ou se não forem iniciadas no prazo de 02 (dois) anos, a contar da lavratura das respectivas escrituras de concessão, a construção do empreendimento a que se declara.



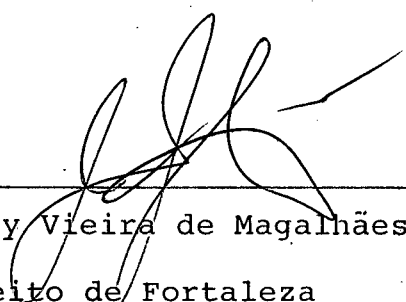
CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM

02 DE maio

DE 1990.



Juracy Vieira de Magalhães
Prefeito de Fortaleza

Prefeitura Municipal de Fortaleza

Gabinete do prefeito



MENSAGEM Nº 0006 - 31 DE JANEIRO DE 1990



Câmara Municipal de Fortaleza

PROTOCOLO Nº. 167

Data 01. / 02. / 90

Virgínia Ostene

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 68, § 3º, da vigente Lei Orgânica deste Município, temos a honra de submeter à consideração ' dessa Augusta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei que " **De safeta do domínio público municipal o bem imóvel que indica e dá outras providências**".

A matéria contida no aludido Projeto, trata da indispensável autorização legislativa no sentido de que a Municipalidade outorgue à Arquidiocese de Fortaleza, a concessão de uso de um terreno com a área de 2.442,00m², a ser desmembrado do espaço institucional integrante do Conjunto Santo Amaro, no bairro do Bom Jardim e que se destinará à implantação de um Centro comunitário e de outros equipamentos de promoção social de todos quantos residem naquele Conjunto e em suas cercanias, sob os auspícios da Arquidiocese concessionária e sob a coordenação da Paróquia Santa Cecília.

A reivindicação da media ora proposta, foi encaminhada ao Poder Executivo Municipal, por intermédio de manifestação subscrita por várias instituições que atuam naquele populoso núcleo urbano, tendo à frente, entre os outros, o próprio Vigário Paroquial e a Associação de Moradores do Bairro do bom Jardim, demonstrando, assim, a legitimidade da opção que exerceram sobre a melhor destinação da área referida.

Essa área que se destina a empreendimento da Comunidade, integra o espaço institucional do respectivo loteamento, enquadrando-se essa destinação nos tipos de equipamentos comunitários previstos no art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a qual dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

De outra parte, a relevância desse empreendimento e dessa destinação basta a que se torne dispensável a prévia concorrência, na forma prevista no § 3º do art. 68, da citada Lei Orgânica.

Na certeza de que a presente proposição merecerá

prefeitura municipal de Fortaleza

Gabinete do prefeito



MENSAGEM Nº 0006

(cont.)



o melhor acolhimento de parte dessa Egrégia Casa Legislativa, reiteramos a V. Ex^a. e a seus ilustres Pares, protestos de elevada estima e consideração.

CIRO FERREIRA GOMES
PREFEITO DE FORTALEZA

Exmo. Sr.

VEREADOR NARCÍLIO ANDRADE

DD: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

N E S T A

Prefeitura Municipal de Fortaleza

Gabinete do prefeito



PROJETO DE LEI Nº 030/90

COMISSÃO DE URBANISMO
DESIGNO O VEREADOR <u>SÉRGIO</u>
<u>NOVMS</u> COMO REL
Em 06/02/90 <u>[assinatura]</u>
Presidente



A COMISSÃO DE URBANISMO

Em 21/2/1990

Presidente

Desafeta do domínio público municipal o bem imóvel que indica e dá outras providências.

Aprovado em 1ª. Discussão

Em 22/02/1990

Presidente

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI :

Art. 1º - Fica desafetado do domínio público municipal, como área institucional, passando a integrar o patrimônio disponível do Município de Fortaleza, o terreno situado no loteamento denominado Granja Santa Cecília, constituído de parte da quadra nº84, da planta respectiva com a área total de 2.442,00m², medindo e se confrontando : **ao norte**, frente, por onde mede 37,00m , com a rua Gerardo Barbosa; **ao sul**, fundos, por onde mede 37,00m , com a rua Cel. João Correia; **ao nascente**, lado direito, por onde mede 66,00m, com terreno da igreja Santa Cecília e **ao poente**, lado esquerdo, por onde mede 66,00m, com o terreno de uma Creche Comunitária.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar a concessão de uso do terreno descrito no artigo anterior à Arquidiocese de Fortaleza, para nele construir um Centro Comunitário e outros equipamentos de assistência social aos moradores do Conjunto Santo Amaro e das suas adjacências, no bairro do Bom Jardim.

Art. 3º - O prazo da concessão de que trata o art. 2º desta Lei, será de 20 (vinte) anos, prorrogável por sucessivos e iguais períodos, desde que atendida a finalidade institucional do empreendimento referido.

Art. 4º - A concessão de uso de que trata esta lei torna-se-á nula, independentemente de ato especial e sem direito de haver a instituição concessionária qualquer indenização, inclusive por benfeitorias e edificações realizadas, revertendo os bens ao patrimônio do Município, se aos mesmos, no todo ou em parte, vier a ser dada finalidade diversa da prevista nesta Lei ou se não forem iniciadas no prazo de 02 (dois) anos, a contar da lavratura das respectivas escrituras de concessão, a construção do empreendimento a que se declara.

Aprovado em 2ª. Discussão

Em 03/03/1990

Presidente

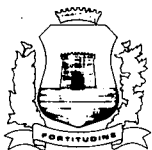
A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Em 03/03/90

Presidente

Prefeitura Municipal de Fortaleza

Gabinete do prefeito



PROJETO DE LEI Nº 030/90

(Cont.)



Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 02 de janeiro de 1990.



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

COMISSÃO DE URBANISMO

Dispensado de Impressão e Liberação

Em

22/02/1990

Parecer nº 01/90

Ao Projeto de Lei nº 010/90

Presidente

Ementa: Desafeta do domínio público municipal o bem imóvel que indica e dá outras providências.

Somos favoráveis ao projeto de lei, oriundo do Executivo, que desafeta do domínio público área no loteamento Granja Santa Cecília, para construção de um Centro Comunitário pertencente à Arquidiocese de Fortaleza.

É o nosso Parecer.

Sala das Sessões das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Fortaleza, em 20 de 02 de 1990.

RELATOR

João Osório de Aguiar
João Osório de Aguiar
João Osório de Aguiar

PRESIDENTE :

Suplente



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL DÁ A SEGUINTE REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 010/90.

Desafeta do domínio público municipal o bem imóvel que indica e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA:

APROVADO

EM

6/3/90
[Assinatura]
Presidente

Art. 1º - Fica desafetado do domínio público municipal, como área institucional, passando a integrar o patrimônio disponível do Município de Fortaleza, o terreno situado no loteamento denominado Granja Santa Cecília, constituído de parte da quadra nº 84, da planta respectiva com a área total de 2.442,00m², medindo e se confrontando: ao norte, por onde mede 37,00m, com a rua Gerardo Barbosa; ao sul, fundos, por onde mede 37,00m com rua Cel. João Correia; ao nascente, lado direito, por onde mede 66,00m, com terreno da igreja Santa Cecília e ao poente, lado esquerdo, por onde mede 66,00m, com o terreno de uma Creche Comunitária.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar a concessão de uso do terreno descrito no artigo anterior à Arquidiocese de Fortaleza, para nele construir um Centro Comunitário e outros equipamentos de assistência social aos moradores do Conjunto Santo Amaro e das suas adjacências, no bairro do Bom Jardim.

Art. 3º - O prazo da concessão de que trata o art. 2º desta Lei, será de 20 (vinte) anos, prorrogável por sucessivos e iguais períodos, desde que atendida a finalidade institucional do empreendimento referido.

Art. 4º - A concessão de uso de que trata esta lei, torna-se-á nula, independentemente de ato especial e sem direito de haver a instituição concessionária qualquer indenização, inclusive por benfeitorias e edificações realizadas, revertendo os bens ao patrimônio do Município, se aos mesmos, no todo ou em parte, vier a ser dada finalidade diversa da prevista nesta Lei ou se não forem iniciadas no prazo de 02 (dois) anos, a contar da lavratura das respectivas escrituras de concessão, a construção do empreendimento a que se declara.



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal José Barros de Alencar, em 05 de
março de 1990.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Presidente:

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

MAPR

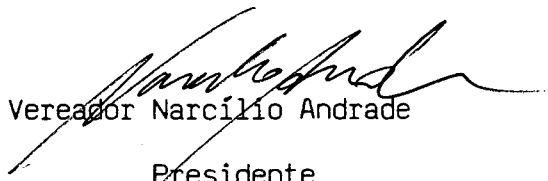
Ofício nº 406 /90

Fortaleza, 18 de abril de 1990.

Senhor Prefeito:

Na conformidade do artigo 44 da Lei 5930 de 13 de dezembro de 1984, tenho a satisfação de encaminhar a V.Exa., o presente autógrafo de lei aprovado por esta Câmara, que "Desafeta do domínio público municipal o bem imóvel que indica e dá outras providências".

Na oportunidade, apresento a V.Exa., protesto de apreço e elevada consideração.


Vereador Narcílio Andrade

Presidente

Exmo. Sr.

Dr. JURACY MAGALHÃES

DD: Prefeito Municipal de Fortaleza

Nesta



010/90
011/90
022/90
023/90



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

LEI Nº

DE

DE

DE 1990

Desafeta do domínio público municipal o bem imóvel que indica e dá outras providências.

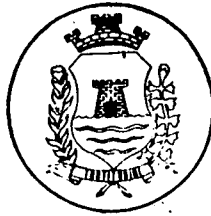
A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica desafetado do domínio público municipal, como área institucional, passando a integrar o patrimônio disponível do Município de Fortaleza, o terreno situado no loteamento denominado Granja Santa Cecília, constituído de parte da quadra nº 84, da planta respectiva com a área total de 2.442,00m², medindo e se confrontando: ao norte, por onde mede 37,00m, com a rua Gerardo Barbosa; ao sul, fundos, por onde mede 37,00m com rua Cel. João Correia; ao nascente, lado direito, por onde mede 66,00m, com terreno da igreja Santa Cecília e ao poente, lado esquerdo, por onde mede 66,00m, com o terreno de uma Creche Comunitária.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar a concessão de uso do terreno descrito no artigo anterior à Arquidiocese de Fortaleza, para nele construir um Centro Comunitário e outros equipamentos de assistência social aos moradores do Conjunto Santo Amaro e das suas adjacências, no bairro do Bom Jardim.

Art. 3º - O prazo da concessão de que trata o art. 2º desta Lei, será de 20 (vinte) anos, prorrogável por sucessivos e iguais períodos, desde que atendida a finalidade institucional do empreendimento referido.

Art. 4º - A concessão de uso de que trata esta lei, torna-se nula, independentemente de ato especial e sem direito de haver a instituição concessionária qualquer indenização, inclusive por benfeitorias e edificações realizadas, revertendo os bens ao patrimônio do Município, se aos mesmos, no todo ou em parte, vier a ser dada finalidade diversa da prevista nesta Lei ou se não forem iniciadas no prazo de 02 (dois) anos, a contar da lavratura das respectivas escrituras de concessão, a construção do empreendimento a que se declara.



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM
DE DE 1990.

Juracy Vieira de Magalhães
Prefeito de Fortaleza



010/90
011/90
022/90
023/90



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

LEI Nº

DE

DE

DE 1990

Desafeta do domínio público municipal o bem imóvel que indica e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica desafetado do domínio público municipal, como área institucional, passando a integrar o patrimônio disponível do Município de Fortaleza, o terreno situado no loteamento denominado Granja Santa Cecília, constituído de parte da quadra nº 84, da planta respectiva com a área total de 2.442,00m², medindo e se confrontando: ao norte, por onde mede 37,00m, com a rua Gerardo Barbosa; ao sul, fundos, por onde mede 37,00m com rua Cel. João Correia; ao nascente, lado direito, por onde mede 66,00m, com terreno da igreja Santa Cecília e ao poente, lado esquerdo, por onde mede 66,00m, com o terreno de uma Creche Comunitária.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar a concessão de uso do terreno descrito no artigo anterior à Arquidiocese de Fortaleza, para nele construir um Centro Comunitário e outros equipamentos de assistência social aos moradores do Conjunto Santo Amaro e das suas adjacências, no bairro do Bom Jardim.

Art. 3º - O prazo da concessão de que trata o art. 2º desta Lei, será de 20 (vinte) anos, prorrogável por sucessivos e iguais períodos, desde que atendida a finalidade institucional do empreendimento referido.

Art. 4º - A concessão de uso de que trata esta lei, torna-se-á nula, independentemente de ato especial e sem direito de haver a instituição concessionária qualquer indenização, inclusive por benfeitorias e edificações realizadas, revertendo os bens ao patrimônio do Município, se aos mesmos, no todo ou em parte, vier a ser dada finalidade diversa da prevista nesta Lei ou se não forem iniciadas no prazo de 02 (dois) anos, a contar da lavratura das respectivas escrituras de concessão, a construção do empreendimento a que se declara.



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

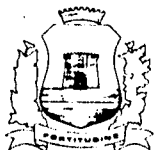
Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM
DE DE 1990.

Juracy Vieira de Magalhães
Prefeito de Fortaleza

Prefeitura Municipal de Fortaleza

Gabinete do prefeito



PROJETO DE LEI Nº 010/90

(Cont.)



Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 02 de janeiro de 1990.



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

LEI Nº 6621 DE 02 DE maio DE 1990

Desafeta do domínio público municipal o bem imóvel que indica e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica desafetado do domínio público municipal, como área institucional, passando a integrar o patrimônio disponível do Município de Fortaleza, o terreno situado no loteamento denominado Granja Santa Cecília, constituído de parte da quadra nº 84, da planta respectiva com a área total de 2.442,00m², medindo e se confrontando: ao norte, por onde mede 37,00m, com a rua Gerardo Barbosa; ao sul, fundos, por onde mede 37,00m com rua Cel. João Correia; ao nascente, lado direito, por onde mede 66,00m, com terreno da igreja Santa Cecília e ao poente, lado esquerdo, por onde mede 66,00m, com o terreno de uma Creche Comunitária.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar a concessão de uso do terreno descrito no artigo anterior à Arquidiocese de Fortaleza, para nele construir um Centro Comunitário e outros equipamentos de assistência social aos moradores do Conjunto Santo Amaro e das suas adjacências, no bairro do Bom Jardim.

Art. 3º - O prazo da concessão de que trata o art. 2º desta Lei, será de 20 (vinte) anos, prorrogável por sucessivos e iguais períodos, desde que atendida a finalidade institucional do empreendimento referido.

Art. 4º - A concessão de uso de que trata esta lei, torna-se-á nula, independentemente de ato especial e sem direito de haver a instituição concessionária qualquer indenização, inclusive por benfeitorias e edificações realizadas, revertendo os bens ao patrimônio do Município, se aos mesmos, no todo ou em parte, vier a ser dada finalidade diversa da prevista nesta Lei ou se não forem iniciadas no prazo de 02 (dois) anos, a contar da lavratura das respectivas escrituras de concessão, a construção do empreendimento a que se declara.

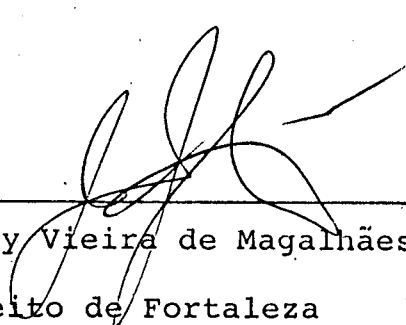


CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

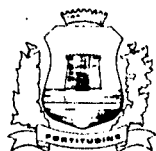
PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM
DE 1990.

02 DE maio



Juracy Vieira de Magalhães
Prefeito de Fortaleza

Prefeitura Municipal de Fortaleza Gabinete do prefeito



MENSAGEM Nº 0006 - 31 DE JANEIRO DE 1990



Câmara Municipal de Fortaleza

PROTOCOLO Nº. 167

Data 01/02/90

Senhor Presidente,

Virgínia Ottono

Nos termos do art. 68, § 3º, da vigente Lei Orgânica deste Município, temos a honra de submeter à consideração dessa Augusta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei que "De safeta do domínio público municipal o bem imóvel que indica e dá outras providências".

A matéria contida no aludido Projeto, trata da indispensável autorização legislativa no sentido de que a Municipalidade outorgue à Arquidiocese de Fortaleza, a concessão de uso de um terreno com a área de 2.442,00m², a ser desmembrado do espaço institucional integrante do Conjunto Santo Amaro, no bairro do Bom Jardim e que se destinará à implantação de um Centro comunitário e de outros equipamentos de promoção social de todos quantos residem naquele Conjunto e em suas cercanias, sob os auspícios da Arquidiocese concessionária e sob a coordenação da Paróquia Santa Cecília.

A reivindicação da media ora proposta, foi encaminhada ao Poder Executivo Municipal, por intermédio de manifestação subscrita por várias instituições que atuam naquele populoso núcleo urbano, tendo à frente, entre os outros, o próprio Vigário Paroquial e a Associação de Moradores do Bairro do bom Jardim, demonstrando, assim, a legitimidade da opção que exerceram sobre a melhor destinação da área referida.

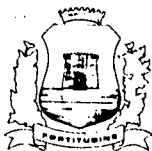
Essa área que se destina a empreendimento da Comunidade, integra o espaço institucional do respectivo loteamento, enquadrando-se essa destinação nos tipos de equipamentos comunitários previstos no art. 4º, § 2º, da Lei Federal, nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a qual dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

De outra parte, a relevância desse empreendimento e dessa destinação basta a que se torne dispensável a prévia concorrência, na forma prevista no § 3º do art. 68, da citada Lei Orgânica.

Na certeza de que a presente proposição merecerá

Prefeitura Municipal de Fortaleza

Gabinete do prefeito



MENSAGEM Nº 0006

(cont.)



o melhor acolhimento de parte dessa Egrêgia Casa Legislativa, reiteramos a V. Ex^a. e a seus ilustres Pares, protestos de elevada estima e consideração.

CIRO FERREIRA GOMES
PREFEITO DE FORTALEZA

Exmo. Sr.

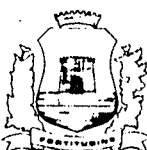
VEREADOR NARCÍLIO ANDRADE

DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

N E S T A

Prefeitura Municipal de Fortaleza

Gabinete do Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 030/90

COMISSÃO DE URBANISMO
DESIGNO O VEREADOR <u>SERGIO</u>
<u>NOVMS</u> COMO REL
Em 06/02/90 <u>[Assinatura]</u>
Presidente



A COMISSÃO DE URBANISMO

Em 21/21/90
[Assinatura]
Presidente

Desafeta do domínio público municipal o bem imóvel que indica e dá outras providências.

Aprovado em 1ª. Discussão
Em 22/22/90
[Assinatura]
Presidente

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI :

Art. 1º - Fica desafetado do domínio público municipal, como área institucional, passando a integrar o patrimônio disponível do Município de Fortaleza, o terreno situado no loteamento denominado Granja Santa Cecília, constituído de parte da quadra nº84, da planta respectiva com a área total de 2.442,00m², medindo e se confrontando : ao norte, frente, por onde mede 37,00m , com a rua Gerardo Barbosa; ao sul, fundos, por onde mede 37,00m , com a rua Cel. João Correia; ao nascente, lado direito, por onde mede 66,00m, com terreno da igreja Santa Cecília e ao poente, lado esquerdo, por onde mede 66,00m, com o terreno de uma Creche Comunitária.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar a concessão de uso do terreno descrito no artigo anterior à Arquidiocese de Fortaleza, para nele construir um Centro Comunitário e outros equipamentos de assistência social aos moradores do Conjunto Santo Amaro e das suas adjacências, no bairro do Bom Jardim.

Art. 3º - O prazo da concessão de que trata o art. 2º desta Lei, será de 20 (vinte) anos, prorrogável por sucessivos e iguais períodos, desde que atendida a finalidade institucional do empreendimento referido.

Art. 4º - A concessão de uso de que trata esta lei torna-se-ã nula, independentemente de ato especial e sem direito de haver a instituição concessionária qualquer indenização, inclusive por benfeitorias e edificações realizadas, revertendo os bens ao patrimônio do Município, se aos mesmos, no todo ou em parte, vier a ser dada finalidade diversa da prevista nesta Lei ou se, não forem iniciadas no prazo de 02 (dois) anos, a contar da lavratura das respectivas escrituras de concessão, a construção do empreendimento a que se declara.

Aprovado em 2ª. Discussão
Em 03/03/1990
[Assinatura]
Presidente

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO FINAL
Em 03/03/90
[Assinatura]
Presidente